

# País terá dificuldades com credores europeus

REALI JÚNIOR  
Nosso correspondente

PARIS — O Brasil deve preparar-se para enfrentar sérias dificuldades com os bancos europeus, principalmente franceses, a partir de hoje, pois diversos estabelecimentos bancários não mais se consideram comprometidos com a manutenção das linhas interbancárias. Essa ameaça de boicote independe do resultado da reunião, nos EUA, entre o Comitê de Bancos e o presidente do Banco Central, Fernando Bracher, que poderá recomendar uma nova prorrogação dos créditos de curto prazo, após o sinal verde dado pelo FMI. Essa revelação foi feita ontem a **O Estado** e **JT** por uma importante fonte bancária francesa, convencida de que esse é um sentimento generalizado que não se restringe apenas à organização bancária para a qual trabalha, mas alcança o conjunto da Comunidade Financeira Européia, grandes e pequenos bancos envolvidos com a dívida brasileira. As mesmas fontes bancárias disseram que não acreditavam que o comitê assessor de bancos renove as linhas de crédito de curto prazo por mais de 30 dias.

Os bancos não escondem seu descontentamento pelo comportamento do Comitê de Bancos e do governo brasileiro, citando o Ministério da Fazenda e o Banco Central, mantendo-os totalmente desinformados durante todo o processo de negociação. A mesma fonte lembra que isso ocorreu pela primeira vez, acreditando que tenha sido feito proposadamente, pois o Brasil é o País que conta com os melhores negociadores da América Latina, possuindo funcionários de nível que normalmente jamais teriam agido dessa forma. Para o banqueiro francês, a esta altura, nada poderá ser feito, afirmando claramente que "já é tarde demais" e acrescentando que esse caminho poderá ser seguido por inúmeros bancos, "seja qual for o resultado da reunião de Nova York". Se

essa retração dos bancos europeus realmente se confirmar, o governo brasileiro seria obrigado a lançar mão de suas próprias reservas, reduzindo seu bom nível atual.

Os bancos franceses, segundo o mesmo banqueiro, consideram que não existe nenhuma relação jurídica entre eles e o Comitê de Bancos, enquanto identificam uma relação jurídica com o Brasil e sua dívida. O fato de o Comitê de Bancos decidir-se favoravelmente por uma prorrogação não engaja juridicamente a responsabilidade da Comunidade Financeira Internacional ligada à dívida brasileira. O mesmo banqueiro se manifesta extremamente pessimista em relação ao comportamento dos bancos daqui para a frente, principalmente os pequenos, onde o ceticismo, segundo ele, é ainda maior. Difícilmente, desta vez, os grandes bancos vão desenvolver esforços no sentido de convencer os pequenos, sempre mais reticentes aos processos de prorrogação. O comportamento do Comitê de Bancos não chega a se constituir uma surpresa para os bancos franceses, mas estes estranham "o grave erro cometido pelas autoridades monetárias brasileiras", que deveriam, como no passado, ter enviado seus representantes para apresentar, informal e preliminarmente, suas intenções aos diversos bancos na Europa, ou pelo menos mantido contatos telefônicos ou por telex, mas nem sequer isso foi feito.

Desta vez, ignorou-se completamente os bancos europeus, que não foram procurados pelas autoridades brasileiras. Certas informações foram obtidas por vias indiretas. Por exemplo, sabem que o debate foi ruído entre o Comitê de Bancos e as autoridades do Banco Central do Brasil no mês de dezembro, apesar da tentativa posterior do próprio Comitê de Bancos de desdramatizar a situação, apresentando o encontro como muito positivo. Essa mesma área considera que as autoridades brasileiras, erradamente, só se preocuparam com "a ponta do iceberg" (Comitê de Bancos), esquecendo-se da parte que está submersa, muito mais numerosa e perigosa.

## ATAQUE DE MAU HUMOR

Esse estado de espírito pode ser até majoritário junto à Comunidade Financeira Européia, mas não chega a ser unânime. Uma outra área bancária, ouvida imediatamente após por **O Estado** e **JT**, considera que se trata mais de um ataque de mau humor e mesmo de uma "crise de ciúmes" de certos banqueiros europeus em relação, principalmente, ao Comitê de Bancos em Nova York. Essa fonte confirma o comportamento do comitê de Bancos, que tem marginalizado cada vez mais os europeus. As diferenças entre os bancos europeus e o Comitê de Bancos nos EUA são conhecidas, mesmo fazendo parte dessa estrutura uma representação européia. No máximo, o que pode ter havido é uma certa desatenção das autoridades brasileiras, o que é gra-

ve, mas não chega a ser catastrófico e pode ser corrigido. Quanto à anunciada ameaça de boicote de certos bancos europeus à prorrogação das linhas de crédito de curto prazo ao Brasil, a mesma fonte não desmente essa possibilidade, mas relativiza sua importância lembrando que o Brasil está pagando corretamente seus juros e os bancos, racionalmente, não podem romper seus negócios com um bom cliente.

Não se acredita que os bancos franceses tenham interesse em perder um bom negócio. Em situação contrária se encontra o México, que, segundo se noticia, tem necessidade de cerca de quatro bilhões de dólares de dinheiro novo só para o pagamento de juros. Situação semelhante é a da Argentina, que aguarda a liberação de uma parcela de 236 milhões de dólares, bloqueada desde novembro, para poder honrar o serviço de sua dívida. Este país vem acumulando atrasos nesses últimos meses em razão desse bloqueio.

Não se pode desconhecer também a existência do "Plano Baker", que preconiza ajuda aos países do Terceiro Mundo em fase de retomada do crescimento econômico. Sabe-se que este plano suscita reações divergentes no interior da Comunidade Financeira Européia. Certas áreas financeiras da Europa criticam exatamente esse aspecto, preferindo condicionar qualquer ajuda aos países endividados a soluções mais ortodoxas e clássicas; mas outras áreas, tais como as próximas ao governo francês, formulam críticas ao plano norte-americano por razões inversas, isto é, por considerá-lo insuficiente. Esse é o caso, por exemplo, de Claude Cheysson, atualmente na Comunidade Européia.

O aspecto político da questão não pode também deixar de ser realçado. Recentemente, quando de sua viagem ao Brasil, o presidente François Mitterrand, em várias oportunidades, manifestou o apoio da França a fórmulas mais flexíveis, que permitam o pagamento da dívida sem comprometer o crescimento e o desenvolvimento dos países endividados. O curioso é que as ameaças de boicote a uma eventual decisão de prorrogação pelo Comitê de Bancos das linhas de curto prazo são brandidas exatamente por certos bancos franceses, cujo sistema é atualmente nacionalizado. Ou esses banqueiros não estão seguindo estritamente a orientação governamental ou se confirma a impressão que alguns setores já manifestaram anteriormente. Muitas vezes um chefe de Estado não tem meios para impor sua política. O discurso generoso e aberto de Mitterrand, nesse caso, nada teria a ver com a realidade crua e nua. Esse "ataque de mau humor" de certas áreas financeiras francesas ilustra bem essa situação, principalmente às vésperas de uma eleição nacional na França que poderá provocar mudanças fundamentais na posição do país.